

RESUMO - CIÊNCIAS HUMANAS - HISTÓRIA

ALFORRIA DE PIA: A REGENERAÇÃO DA ESCRAVIDÃO PELA PALAVRA NA ÁGUA.

Mateus Barbosa Da Nóbrega (mateusnobrega176@gmail.com)

Roberto Guedes Ferreira (robguedes@ufrj.br)

Baseado no projeto “Cativos, alforriados e senhores: construtores da escravidão e da liberdade (Rio de Janeiro, século XVIII)”, coordenado pelo professor Roberto Guedes Ferreira, temporalizada no século XVIII, a pesquisa analisa alforrias de pia, que são as alforrias concedidas no ato de batismo, presentes em livros de registro de batismos. Em geral, nos registros de batismo, ao concederem alforria, os senhores diziam que o faziam “de livre vontade e sem constrangimento algum”, “por amor a Deus”, e outras expressões contidas em fontes de época. Pode-se, portanto, analisar a mentalidade religiosa que servia de lastro para que tais alforrias fossem possíveis dentro do contexto daquela sociedade. O trabalho tem como objetivo compreender as alforrias de pia pelo viés da espiritualidade e da religião em uma monarquia católica. Ao mesmo tempo, considerando que se trata de uma sociedade escravista, a alforria de pia é um meio de analisar mobilidade social, pois implica em deixar de ser escravo e se tornar forro. Sendo assim, religiosidade e mobilidade social andavam juntas. A metodologia utilizada se faz de acordo com o material de pesquisa, no caso os registros de batismo que contém alforrias de pia. Formula-se banco de dados com registros de tal natureza, relativos ao século XVIII, oriundos de freguesias tanto da cidade do Rio de Janeiro quanto de outras paróquias do chamado Recôncavo da

Guanabara. Por tal metodologia, constatou-se que, em relação ao número de total de registros, as alforrias de pia eram pouco frequentes, o que levou à mesma pesquisa a traçar uma análise qualitativa, ao invés de quantitativa. A partir deste ponto, em consonância com a documentação canônica e catequética de época, tais como, respectivamente, as Constituições Primeiras do Arcebispado da Bahia, promulgada pelo então arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide em 1707, e o Catecismo Romano, promulgado como resultado do Concílio de Trento, foi possível relacionar tal tipo de alforria com a mentalidade sacramental católica mesma.

Referencial bibliográfico:

FERREIRA, Roberto Guedes; SOARES, Moisés Peixoto. Fontes paroquiais, qualidades da escravidão, mestiçagens e mobilidade social (Rio de Janeiro, Século XVIII), 2023, ISSN: 24468215

HESPANHA, António Manuel. Imbecillitas: as bem-aventuranças da inferioridade nas sociedades de Antigo Regime. São Paulo: Belo Horizonte: Annablume, UFMG, 2010.

IGREJA CATÓLICA. Catecismo Romano: o catecismo do Concílio de Trento; tradução de Frei Leopoldo Pires Martins, O. F. M. 1 ed. São Paulo, SP: Castela Editorial, 2020.

VIDE, Sebastião Monteiro da. Constituições primeiras do Arcebispado da Bahia / feitas e ordenadas pelo ilustríssimo e reverendíssimo D. Sebastião Monteiro da Vide. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2011.

Palavras-chave: escravidão; alforria de pia; batismo; rio de janeiro; século xviii.